

---

# UTOPIA SOCIAL BRASILEIRA EM CRISE: A MISCIGENAÇÃO COMO PROJETO DE PARALISIA HISTÓRICA EM *O FEITIÇO DA ILHA DO PAVÃO*, DE JOÃO UBALDO RIBEIRO

---

## BRAZILIAN SOCIAL UTOPIA CRISIS: MISCIGENATION AS A HISTORICAL PARALYSIS PROJECT IN JOAO UBALDO RIBEIRO'S *O FEITICO DA ILHA DO PAVAO*

---



### Dossiê

#### Atualidade do realismo: utopia e distopia

#### Organizadores:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Laura dos Reis  
Corrêa



Prof. Dr. Martín Ignacio Koval



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Altenfelder  
Garcia Gallo



v. 32, n. 62, agosto, 2023  
Brasília, DF  
ISSN 1982-9701



#### Fluxo da Submissão

Submetido em: 25/08/2022

Aprovado em: 29/03/2023

#### Distribuído sob



Marcos Vinicius Caetano da Silva

[marcosvinicius.unb@gmail.com](mailto:marcosvinicius.unb@gmail.com)

Mestrado e doutorado concluídos no Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade de Brasília (POSLIT/UnB). Atua como Professor de Português da Educação Básica na Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso (SEDUC-MT), na cidade de Rondonópolis. Seus âmbitos de estudo se voltam às literaturas de língua portuguesa, ao romance histórico e à estética realista.

#### Resumo/Abstract

O romance histórico *O feitiço da ilha do pavão* (1997), escrito por João Ubaldo Ribeiro, apreende a formação étnica nacional ao figurar o início da colonização portuguesa na América. No entanto, sua representação ideal assume traços repressivos de paralisia histórica que se conectam ao presente. Dessa forma, esse artigo pretende explorar a ligação entre o pensamento de Gilberto Freyre e a obra do corpus e analisá-la com base na teoria de Lukács acerca do romance histórico de sorte a apontar como a forma estética lida com esses impasses figurados que conectam acontecimentos passados e presentes.

romance histórico, João Ubaldo Ribeiro, miscigenação, Gilberto Freyre, paralisia histórica

The historical novel *O feitiço da ilha do pavão* (1997), written by Joao Ubaldo Ribeiro, seizes the national ethnical formation by figuring the beginning of portuguese colonization in America. However, its ideal representation assumes repressive traces of historical paralysis that connects with present time. Therefore, this paper intends to explore the correspondence between Gilberto Freyre's thought and corpus to analyse it based on Lukacs' theory on historical novel in order to indicate how the aesthetic form deals with these obstacles that connect previous and present events.

historical novel, Joao Ubaldo Ribeiro, miscigenation, Gilberto Freyre, historical paralysis

## Introdução

Os impasses da formação histórica brasileira são uma preferência para as narrativas de João Ubaldo Ribeiro, principalmente ao tangenciar a colonização do país. A ilha imaginária próxima da região do recôncavo baiano onde as ações de *O feitiço da ilha do pavão* (1997) ocorrem, no entanto, adquire contornos míticos e históricos.

Na verdade, a sua existência corresponde às dúvidas que pairam no inconsciente coletivo brasileiro. Essas, por sua vez, entram em conformidade às questões inerentes à formação histórica e social, que possuem rica gama de estudos a partir de teóricos como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Na obra em questão, esses aspectos são figurados em um ambiente com amplo perfil de fauna e flora, como também nos personagens e seus conflitos.

Nesse sentido que a figuração literária de uma das etapas da história brasileira assume uma organicidade própria aos estudos literários, o que permite a sua classificação como romance histórico. Em conexão com o tempo presente, o romance assume, de acordo com o filósofo húngaro György Lukács (2011), traços de figuração da história em movimento processual. O escritor e o historiador destacam nessa situação o papel ambíguo de pesquisa historiográfica e documental e o da composição da narrativa literária das possibilidades. Dentre essas, a incógnita da democracia racial no Brasil, uma tônica para o mundo contemporâneo que tem como epicentro a teoria de Gilberto Freyre, é levantada de sorte a delinear a disposição dos elementos diegéticos.

Neste artigo apontaremos uma consonância entre o pensamento freyriano acerca da miscigenação e a figuração da colonização brasileira na obra de João Ubaldo Ribeiro *O feitiço da ilha do pavão*. Nossa hipótese é de que o romance tenha registrado a teoria de Gilberto Freyre como índice de estagnação dos acontecimentos essenciais na história nacional.

Para esse intuito, nos propomos a encontrar no *Romance Histórico* (2011) de Lukács o entendimento do romance histórico como

composição artística capaz de questionar os próprios entraves da História. Em seguida, relacionaremos a teoria de Gilberto Freyre com os principais problemas figurados da realidade brasileira em consonância com a particularidade do *corpus*, que, naturalmente, é o nosso ponto de partida.

## Utopia social na forma de romance histórico

*O feitiço da ilha do pavão*, escrito por João Ubaldo Ribeiro em 1997, figura o Brasil na forma de uma ilha imaginária situada na costa do país. Originada da lenda de um pavão flamejante que dá nome ao arquipélago, a figuração literária da ilha conta a história nacional em um movimento que destaca as diferenças entre fato e o que poderia ter ocorrido, aludindo à clássica divisão entre o historiador e o poeta, de Aristóteles (2010).

De igual maneira inserida na tradição literária, a forma romance histórico concebida por György Lukács (2011) também se enquadra, na estética realista, como produção que suscita a transformação no homem por meio de seu efeito catártico ao aludir às possibilidades factuais e ficcionais e ao incitar a ação consciente do homem no mundo. E é essa eficácia artística que garante a permanência dessa forma composicional ao longo do tempo.

Ao interpretarmos a obra de Ubaldo como um romance histórico, entendemos o passado figurado como uma maneira de apreender o presente, forma estética na qual se concentram as forças internas da própria história também em narrativa. E tanto em seu início quanto em seu fim apresenta-se o seguinte trecho:

De noite, se os ventos invernais estão açoitando as ondas, as estrelas se extinguem, a Lua deixa de existir e o horizonte se encaixa para sempre no ventre do negrume, as escarpas da ilha do Pavão por vezes assomam à proa das embarcações como uma aparição formidável, da qual não se conhece navegante que não haja fugido, dela passando a abrigar a mais acovardada das memórias. Logo que deparadas, essas falésias abrem redemoinhos por seus entrefolhos, a que nada é capaz de resistir. Mas, antes, lá do alto, um pavão colossal acende sua calda

em cores indizíveis e acredita-se que é imperioso sair dali enquanto ela chameja, porque, depois de ela se apagar e transformar-se num ponto negro tão espesso que nem mesmo em torno se vê coisa alguma, já não haverá como.

Ninguém fala nesse pavão ruante e, na verdade, não se fala na ilha do Pavão. Jamais se escutou alguém dizer ter ouvido falar na ilha do Pavão, muito menos dizer que a viu, pois quem a viu não fala nela e quem ouve falar nela não a menciona a ninguém (RIBEIRO, 2011, p. 10).

A existência da ilha não pode ser validada de forma documental, mas sabe-se que abriga “feiticeiros de poderes inauditos, umas pretas, outras roxas, outras cafuzas ou índias, outras brancas da terra ou do reino, como a que é chamada por muitos nomes, principalmente por Ana Carocha ou Degredada” (RIBEIRO, 2011, p. 10). Não somente o maniqueísmo cristão afasta as pessoas da ilha, incluindo a materialização dos seus medos, como também os obstáculos naturais circundantes. Portanto, seu aspecto de miragem lhe confere ar de dúvida: existe ou não existe?

Segundo a teórica franco-brasileira Rita Olivieri-Godet, essa configuração mítica e histórica da ilha em espaço geográfico brasileiro “permite representá-la como uma continuidade do real, ela aparece envolvida por uma atmosfera maravilhosa que põe dúvida em sua existência” (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 142). E o seu aspecto insular é o que lhe dá contornos ideais e ficcionais que revelam um fluxo com o real inserido no sistema-mundo.

Esses impasses se misturam ao dado real da ilha situada histórica e socialmente ao ciclo da cana-de-açúcar, etapa do colonialismo português no Brasil na qual a insubmissão dos negros escravizados e dos autóctones era um problema, principalmente em sua zona de maior incidência econômica – o recôncavo baiano, espaço da narrativa. E essa fase pode ser traduzida pelos personagens que tipificam as diferentes posições assumidas: Capitão Cavallo, ou Baltazar Nuno Feitosa, é o latifundiário responsável por extrair a cana-de-açúcar “para adoçar eternamente o Tejo” (RIBEIRO, 2011, p. 15), além do tabaco e do azeite de dendê, a

partir de sua fazenda Sossego manso. Iô Pepeu, por sua vez, é o vigoroso filho de Capitão Cavallo, sedento por ter relações sexuais com as escravas que trabalhavam para seu pai e apaixonado por Crescência, ascendente a congoleza que recusa o filho do dono de Sossego Manso. Balduino Galo Mau é o índio que não tolerou a expulsão dos indígenas da vila de São João, indo contra os desmandos da Câmara local, que, em resposta, pediu que a Igreja Católica da Bahia intervisse na ilha, evento que abalou os sistemas de crenças de seus habitantes.

A inquisição, que adquiriu o formato de uma mesa visitadora, tomou ares de conluio, visto que o padre Tertuliano e o mestre de obras Borges Lustosa visaram ganhar os lucros advindos do dízimo. No entanto, a participação de Balduino consolidou sua presença na cidade.

O fenômeno do grande feitiço, concretizado por uma caverna de possibilidades para o futuro enquanto nação, esboça para o território “novas formas de sociabilidade que questionam os fundamentos da sua organização social e de suas estruturas de poder” (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 139). E mesmo que o passado tenha sido ficcionalizado, o motivo para que isso tenha se dado se explica pela conexão com a história vivida, por fundamentos antes sócio-históricos que estéticos (LUKÁCS, 2011).

No período em que João Ubaldo escreveu *O feitiço da ilha do pavão*, a cultura corporativista tomou conta dos sujeitos que operam as engrenagens estatais e midiáticas das instituições já endurecidas pela Ditadura quase uma década depois de seu término. Cria-se um poder de barganha que “aumenta a tal ponto que os ricos podem se dar ao luxo de quebrar o pacto democrático de que quem ganha mais tem também de pagar mais impostos” (SOUZA, 2019, p. 172), e isso fez com que a função fiscalizadora do Estado fosse suprimida. Decerto, o “uso sistemático da inteligência nacional e da imprensa que a veicula em proveito dos interesses da pequena elite endinheirada é a resposta” (SOUZA, 2019, p. 123) para o controle da esfera pública, colonizada pelos interesses econômicos. Se isso pode ser dito em relação à classe média, que se deixa convencer por símbolos e lógica formal, “O domínio sobre as classes populares baseia-se

[...] mais na repressão e na violência material” (SOUZA, 2019, p. 123). Ao passo em que a nova moeda, o Real, ficou conhecida por fazer o consumo acessível à população mais carente, as privatizações endossaram o caráter global do empresariado por meio da aquisição de empresas nos países subdesenvolvidos sob o rótulo de modernização. Em termos de sociedade, no entanto, não há mudanças significativas senão ligadas à demanda do mercado, que nivela a cidadania ao consumo. Os fatores socioeconômicos que caracterizam o desenvolvimento desigual e combinado do capital, também parte da formação nacional, são desprezados em prol da paz estabelecida pela modernidade. E essa se mostra principalmente nas grandes cidades; ou, no tocante ao *corpus*, à vila de São João.

Dito isso, não se estranha o fato da obra se tratar de um romance histórico no qual o destino do povo é submetido aos aventureiros, exploradores e políticos ligados ao processo colonizatório. E nessa visão burguesa de mundo, que também remete aos contornos institucionais que se inserem ao seu contexto de escrita, as forças sociais e a visão de mundo latente à intelectualidade da época não passam despercebidas ao autor quanto ao seu vínculo com os problemas centrais da vida nesse processo de transição. Ao menos assim considera Lukács (2011) ao tratar de Tolstói. Diferente do retrato amplo, colorido e rico composto pelo autor de *Guerra e paz*, João Ubaldo aponta um problema típico da formação nacional nesse modelo utópico de sorte a criticar a realidade brasileira e apontar a abrangência e a complexidade de sua formação social e histórica (OLIVIERI-GODET, 2009). Como paradigma central para a obra e para a realidade que reconstitui o imaginário da sociedade brasileira sobre si mesma, Gilberto Freyre parece ter instituído um arquétipo difícil de se superar. Ou seria difícil para o processo histórico brasileiro?

### **Miscigenação e o problema da forma social inativa**

Gilberto Freyre foi um intelectual que preferiu analisar o Brasil por meio da configuração colonial que dá nome à sua obra consa-

grada *Casa-grande & Senzala* (1933). Contemporâneo de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, que também interpretaram o Brasil recorrendo a elementos de ordem histórica, social e cultural, Freyre (2013) destacou em sua perspectiva crítica a organização do trabalho dos escravos, sua convivência com o hábitat dos brancos e latifundiários, e a presença indígena como pontos de contato entre os povos que deram origem à formação étnica brasileira e exploram a mestiçagem por intermédio das relações sexuais entre portugueses, negros e indígenas.

Esse exame se dá nas descrições de objetos culturais e costumes desses povos, o que indica um nível de observação aos costumes autóctones próprio ao antropólogo que também é praticado pelo personagem de Ubaldo Capitão Cavalo. Baltazar Nuno Feitosa não fala de seu passado porque seu viés se perde pela história oficial. No entanto, o seu olhar em relação ao outro tem notório hedonismo. Esse personagem não é visto fora de sua fazenda, que possui o nome sugestivo de “Sossego Manso”. Mesmo que deseje liberdade de organização, ele preza pena manutenção do estado no qual os elementos se inserem nesta realidade, inclusive os seus povos. “Não se opunha a que fizessem festas em suas terras e às vezes aparecia em algumas delas, para assistir às danças e cantos” (RIBEIRO, 2011, p. 169). Essa atitude observadora permite a sua proximidade com o antropólogo brasileiro Gilberto Freyre. O intelectual reconheceu no Brasil um exemplo de harmonia de raças diante do mundo moderno, argumento que foi utilizado pelo regime salazarista para embasar o seu colonialismo ainda na segunda metade do século XX. No entanto, tal acepção esconde um Brasil dividido ainda por velhas e peculiares estruturas que fortificam o poder de suas instituições. Mesmo que Freyre tenha destacado o papel do negro na dinâmica social brasileira, algo antes ocultado ou tornado periférico, sua intenção revela um viés conservador que se tornou determinante para tratar da realidade nacional: a falsa crença em uma democracia racial existente. O grau de convencimento do texto de *Casa-grande & Senzala* é tamanho, que chega a ganhar contornos literá-

rios e imagéticos, o que facilita a apreensão leitora. Por isso que não é de se estranhar a posição alcançada pela obra.

Mesmo que as estruturas sociais instituídas por Capitão Cavalo em Sossego Manso o oculte, o trabalho escravo se mostra presente na narrativa de *O feitiço da ilha do pavão*. A alcunha de liberdade era relativa, própria dos primórdios da colonização da América portuguesa, e tinha na figura da falecida esposa de Capitão Cavalo a sua encarnação. Porém, era um rótulo aparente para as violentas lógicas do colonialismo e da cultura organizacional alienante que permeia a contemporaneidade:

Capitão Cavalo sepultou a mulher, passou quase dois meses encerrado em seus aposentos e, quando saiu, tudo começou a mudar. Os negros de suas terras, que já antes eram tratados de forma bem melhor do que no resto da ilha, foram declarados livres e receberam permissão para irem embora, se quisessem. Mas as famílias que ficassem teriam seu torrão para plantas e criação das miunças que desejassem e todos os que trabalhassem para ele receberiam pagamento conforme o que rendessem as colheitas, o gado e o trabalho dos engenhos. Quanto mais rendesse a fazenda, mais eles seriam pagos. Em relação aos outros senhores de terras, que o imitassem, se quisessem. Mas os escravos fugidos deles que se abrigassem em sua sesmaria teriam o mesmo tratamento que todos os lá residentes – o que logo fez com que o regime dos outros titulados, das vilas ou do campo, fosse aos poucos também mudando, entre resmungos e acessos de raiva impotente, e agora a ilha era diferente de todas as terras que a cercavam, sem que ninguém pudesse fazer nada (RIBEIRO, 2011, p. 122-123).

O projeto de produção de Sossego Manso se torna modelo da mesma maneira que as harmonias socioculturais são defendidas por Freyre como particularidade brasileira e índice de não europeísmo que caracteriza a Península Ibérica, o que o levou a defender a existência de uma democracia racial no Brasil cuja figura política consolidada é o mestiço (SCHNEIDER, 2012). Os personagens tipo – o branco, o índio e o preto – reconstituem a formação étnica nacional, mas as instituições co-

loniais presentes articuladas na composição da obra – a Coroa, a Igreja, os governos locais e os colonizados – apresentam sua conexão com a estrutura de engenho, a casa-grande e os costumes de seu proprietário. A paralisia histórica do povo miscigenado, que pouco tem espaço no romance, é uma evidência de um mundo fechado no inconsciente nacional, ambiente propício à construção da nação. Contudo, é na cidade que o valor de pecado está associado à miscigenação:

Dir-se-ia que, pelos pecados e virtudes que parecem enxamear em cada esconso de suas ruelas e becos, a baixa do Alecrim seria onde se encontraria o maior número de aflitos, o mais arquejante entoar de suspiros de arrependimento e temor, o mais intenso acender de velas pelo perdão dos pecados e a intercessão dos santos junto aos anjos vingadores. Mas não era assim. Se bem que, com a ausência dos índios, as noites não fossem tão inflamadas quanto antes, permanecia o mesmo clima festivo de sempre. Os índios prestavam muitos serviços de importância, de recados a engodos maritais, mas agora só estavam lá uns três ou quatro, os dispostos a passar o tempo todo encavernados pelos cantos [...] Mas as meninas de Mirinha, as meninas de Duzinha, as meninas de Tavinha, todas essas meninas e mais todos os recantos sortílegos que a baixa do Alecrim abriga, onde se diz que tudo pode acontecer e todo desejo bem pedido satisfeito – isso faz com que muito se viva e muito se folgue naquelas paragens (RIBEIRO, 2011, p. 184).

Dentre os prazeres, a prostituição se tonou uma atividade bastante chamativa para os aventureiros e rentável para os pobres que carregam o estigma da mestiçagem. Antes da mesa visitadora, a ideia de pecado não perturbava a população, que vive essa dinâmica excitante no seu dia a dia. Com a polarização causada pela vinda da Mesa Visitadora, instrumento da Inquisição, o caos de uma ideia atemorizante de pecado indica que a miscigenação não oferece condições materiais para a emancipação do povo brasileiro e se torna uma ferramenta de controle do uso moralizante do outro, algo que foge aos discursos de tolerância (PERRONE-MOISÉS, 2007). Se trata de um Brasil que in-

siste em manter os domínios cristão, patriarcal e escravocrata da casa-grande e da senzala, mesmo que no meio urbano, o que endossa sua deriva em relação à modernidade global. No entanto, o preconceito religioso e a falta de inserção do negro na sociedade de classes são sintomas de um mundo contemporâneo ainda em dor, cuja percepção não deve ser maquiada, mas sentida e explorada em sua raiz (GINZBURG, 2012).

O misticismo de que a modernidade é trajada envolve a realidade social e histórica de tal maneira que renega a conexão entre os fatos que originam o cotidiano. A forma estética do romance histórico revela os limites do progresso do gênero humano e lembra o dever do ser humano para com a posteridade – a tarefa humanista e cotidiana de questionar a realidade e preservar pelas tradições democráticas que compõem e dão legitimidade efetiva ao processo histórico em cada uma de suas fases (LUKÁCS, 2011). Afinal, a dissolução do potencial de ação do homem no âmbito da cultura é um fenômeno que deve ser tratado com bastante cautela, uma vez que pode comprometer a centralidade do objeto estético (FREDERICO, 2018).

### Considerações finais

A peculiaridade da figuração literária de *O feitiço da ilha do pavão* faz com que o imaginário e o real se encontrem e revelem suas contradições, que tomaram lugar na narrativa figurada no período do ciclo açucareiro em conexão com o mundo sem deixar de destacar os seus conflitos extremos. Sua ligação com o tempo de escrita se mostra na premissa de modernização, que fez com que uma nova moeda fosse instituída, a cultura corporativista ganhasse espaço e a operação dos dispositivos institucionais privilegiasse o mercado ao povo, que foi generalizado.

A abordagem freyriana acerca do Brasil conecta-se ao *corpus* por meio de seus elementos típicos e arquétipo teórico. No entanto, diferente da abordagem hegemônica do antropólogo, a narrativa é incapaz de ocultar o trabalho escravo em meio aos elementos instituci-

onais da colonização. No meio urbano é que os elementos marginais à narrativa e à formação nacional se apresentam como índices de um desenvolvimento desigual e combinado do capital, axiomas que combatem a hegemônica democracia racial inibidora de um efetivo avanço do processo histórico nacional.

Dessa forma, é possível entendermos uma paralisia da história brasileira como um problema quando o autor se utiliza de apenas um dos ciclos econômicos da monocultura para explicar a formação nacional desde a colonização. E superar a aceitação colonial não é fácil mesmo após a emancipação nacional, marca social e estética do romance histórico *O feitiço da ilha do pavão*.

### Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. Traduzido por Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.
- FREDERICO, Celso. Encruzilhadas: estudos culturais e crítica literária. In: COTRIM, Ana Aguiar; CORRÊA, Ana Laura dos Reis. *O realismo e sua atualidade: estética e crítica*. São Paulo: Outras Expressões, 2018. p. 113-127.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.
- GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2012.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Traduzido por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OLIVIERI-GODET, Rita. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*. Traduzido por Rita Olivieri-Godet e Regina Salgado Campos. São Paulo: HUCITEC, 2009.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *O feitiço da ilha do Pavão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e lusotropicalismo nas obras de Gilberto Freyre. *História da historiografia*, Ouro preto, n. 10, p. 75-93, dez. 2012.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

#### COMO CITAR

SILVA, M. V. C. Utopia social brasileira em crise: a miscigenação como projeto de paralisia histórica em O feitiço da ilha do pavão, de João Ubaldo Ribeiro. *Revista Cerrados*, 32(62), p. 31–37. 2023. [https://doi.org/10.26512/cerrados.v31i58.41259\\_cerrados/article/view/42211](https://doi.org/10.26512/cerrados.v31i58.41259_cerrados/article/view/42211).